

A C Ó R D ã O  
SDI-1  
ACV/dm

**RECURSO DE EMBARGOS. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA.** O ajuizamento anterior de ação declaratória, objetivando pronunciamento judicial acerca do reconhecimento de estabilidade, não interrompe a prescrição para a posterior ação condenatória, com pretensão à reintegração e aos consectários legais daí advindos. Transcorridos mais de dois anos da extinção do contrato de trabalho, prescrita a pretensão ora formulada, a teor do disposto no artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição da República. Embargos não conhecidos.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista n° **TST-E-RR-679673/2000.9**, em que é Embargante **PETRONILO NEVES DA SILVA** e Embargada **UNIÃO (EXTINTA EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. - PORTOBRÁS)**.

A c. Terceira Turma, mediante o v. acórdão de fls. 346-349, da lavra do Exmº Sr. Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, não conheceu do recurso de revista do reclamante, em razão de não ter sido configurada afronta literal aos artigos 7º, inciso XXIX, e 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, concluindo que a ação declaratória ajuizada anteriormente, em que se buscou assegurar a estabilidade no emprego, não tem o condão de interromper o prazo prescricional, tampouco transmudar seu termo inicial, para posterior ação condenatória com vistas à reintegração e pagamentos salariais conseqüentes, cuja prescrição inicia-se quando da rescisão contratual.

Inconformado, o reclamante interpõe recurso de embargos, às fls. 352-361, com apoio no artigo 894 da CLT. Insurge-

**PROC. N° TST-E-RR-679.673/2000.9**

se contra o não-conhecimento de seu recurso de revista, ao argumento de que do reconhecimento da estabilidade decorre o pedido de reintegração e consectários legais, motivo por que apenas da sentença que reconheceu aquela é que surgiu o direito a esse pleito posterior. Além disso, alude à circunstância de que a ação declaratória com vistas ao reconhecimento da estabilidade fora ajuizada em momento anterior à rescisão contratual, o que inviabilizou o pedido de reintegração. Indica violação dos artigos 5º, inciso XXXVI, e 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal; 19 do ADCT; 896 da CLT; 867, 868, 869, 870, 871, 872 e 873 do CPC. Apresenta um aresto para a comprovação de divergência jurisprudencial.

Impugnação apresentada às fls. 364-366.

A d. Procuradoria-Geral do Trabalho, em parecer exarado às fls. 369-372, opinou pelo não-conhecimento.

É o relatório.

**V O T O**

**SENTENÇA DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE ESTABILIDADE. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO E CONSECTÁRIOS EM AÇÃO CONDENATÓRIA POSTERIOR. PRESCRIÇÃO.**

**RAZÕES DE NÃO-CONHECIMENTO**

A c. Turma não conheceu do recurso de revista do reclamante, ao fundamento de que a sentença em que houve o reconhecimento de estabilidade, por ser decisão de natureza declaratória, não tem o condão de transmudar o termo inicial da prescrição, que se inicia no momento da rescisão contratual, assim consignando seus termos:

“O art. 7º, inciso XXIX, letra a, da Carta Magna, com a redação anterior à Emenda nº 28/2000, estabelecia o prazo prescricional de cinco anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato para o trabalhador urbano ajuizar ação visando reclamar créditos resultantes das relações de trabalho.

No caso, o Regional deixou assente que a extinção do contrato ocorreu em 9/6/90, pelo que deveria ter o Reclamante ajuizado a ação até 9/6/92, e não em 17/5/96.

**PROC. N° TST-E-RR-679.673/2000.9**

A declaração da estabilidade por sentença não constitui termo inicial do prazo prescricional, porque este conta-se a partir da lesão do direito (actio nata), pelo que o marco inicial da contagem do prazo prescricional recaiu, na hipótese, no dia da despedida do Reclamante.

A natureza jurídica da ação declaratória, ademais, não impedia o ajuizamento da ação objetivando a reintegração no emprego, porquanto esta alcança naturalmente a declaração da estabilidade, antecedente lógico de uma decisão favorável nesse caso.

Ressalte-se ainda que, conforme declarado na Revista, a ação declaratória foi ajuizada anteriormente à dispensa do Reclamante. Logo, não se há de falar em interrupção da prescrição, pois não se pode interromper ato jurídico que não existe.

Portanto, considerando que a ação declaratória não interrompeu a prescrição, não se há de falar em violação dos arts. 7º, inciso XXIX, letra a, e 5º, inciso XXXVI, da Carta Magna, já que ultrapassado o prazo de dois anos da extinção do contrato para o ajuizamento da reclamação trabalhista.

Impossível visualizar a afronta aos arts. 867, 868, 869, 870, 871, 872 e 873 do CPC, pois nenhum destes dispositivos autoriza a interrupção da prescrição, em razão de protesto.

À vista do exposto, não conheço do Recurso.” (fls. 348)

O reclamante apresenta recurso de embargos, insurgindo-se contra o não-conhecimento de seu recurso de revista, ao argumento de que do reconhecimento da estabilidade decorre o pedido de reintegração e consectários legais, motivo por que apenas da sentença que reconheceu aquela é que surgiu o direito a esse pleito posterior. Além disso, alude à circunstância de que a ação declaratória com vistas ao reconhecimento da estabilidade fora ajuizada em momento anterior à rescisão contratual, o que inviabilizou o pedido de reintegração concomitante. Indica violação dos artigos 5º, inciso XXXVI, e 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal; 19 do ADCT; 896 da CLT; 867, 868, 869, 870, 871, 872 e 873 do CPC. Apresenta um aresto para a comprovação de divergência jurisprudencial.

Com efeito, ao analisar o recurso ordinário do reclamante, a Corte de origem, após concluir se tratar de prazo decadencial o biênio para a propositura de ação quanto a créditos trabalhistas resultantes do contrato de trabalho, afirmou não estarem os prazos atinentes à decadência sujeitos à suspensão ou interrupção de qualquer jaez. Ao final, salientou o eg. Tribunal Regional que a ação declaratória não tem o condão de interromper o prazo prescricional para a reclamação trabalhista, como ação

**PROC. N° TST-E-RR-679.673/2000.9**

condenatória que é, em razão da natureza e objeto diversos de que se revestem.

O argumento deduzido pelo embargante é de que o ajuizamento de ação declaratória, em que se pretendia o reconhecimento de estabilidade, transmudou o termo inicial da prescrição para a postulação de reintegração e consectários legais, contidos em reclamação trabalhista posterior, além de ter interrompido o prazo para sua proposição.

Em que pese o inconformismo do ora embargante, não se vislumbra a apontada afronta ao artigo 896 da CLT. Isso porque, o recurso de revista por ele interposto não se viabilizava pela inexistência da suposta violação dos dispositivos constitucionais invocados pelo embargante a ensejar o conhecimento do recurso de embargos. Primeiramente, vale ressaltar que o artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal estipula o prazo prescricional para se ajuizar reclamação trabalhista, não dispondo diretamente acerca das causas interruptivas da prescrição.

A seguir, cumpre assinalar que a citada norma estabelece o prazo de dois anos para se ajuizar ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, após a extinção do contrato.

O prazo assinalado não se refere apenas a obrigações pecuniárias, atingindo qualquer obrigação de fazer, como a obrigação de reintegrar o ex-empregado aos seus quadros e, ainda, de pagar parcelas pecuniárias oriundas do período de afastamento. Note-se que a presente ação é condenatória e não meramente declaratória.

O v. acórdão turmário está em perfeita consonância com esse preceito constitucional, ao manter o entendimento de estar prescrito o direito de ação do autor, que ajuizou reclamação trabalhista quando já ultrapassado o biênio a contar do término do contrato de trabalho.

O início do lapso prescricional se dá com a dispensa do autor. É o critério da *actio nata*, pelo qual a prescrição começa seu curso no momento em que nasce a ação para o titular do direito.

**PROC. N° TST-E-RR-679.673/2000.9**

Antes de poder o credor exigir do devedor seu direito, não há como falar-se em início do fluxo prescricional.

*In casu*, o direito do reclamante nasceu com a extinção do contrato de trabalho. Não se pode admitir que o início da contagem se verificasse quando do trânsito em julgado da decisão proferida em ação declaratória, que reconheceu a estabilidade, e isto porque, o ajuizamento de ação declaratória, buscando declaração judicial acerca de garantia de emprego não interrompe a prescrição para a posterior ação condenatória, vindicando a reintegração e o pagamento dos direitos relativos ao período de afastamento.

Conforme dispõe os artigos 173 Código Civil de 1916; e 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002, a ocorrência de causa interruptiva inviabiliza o início da contagem do prazo prescricional. Essa causa interruptiva, no entanto, consubstancia ato ocorrido em decorrência da ação da parte a quem a interrupção da prescrição beneficia.

No caso de que se cogita, foram duas ações propostas em momentos diversos e com pretensões diferentes, não havendo identidade entre elas, nos termos do artigo 301, § 2º, do CPC.

Dessa forma, não se opera a interrupção do prazo prescricional, que fluiu a partir da data da extinção do contrato.

Frise-se que não havia impedimento algum ao ajuizamento de ação condenatória quando da rescisão contratual. O autor se manteve inerte por mais de dois anos após o término do contrato de trabalho, sem ingressar com reclamação trabalhista com vistas à reintegração e ao pagamento de verbas daí decorrentes, tendo optado por esperar o trânsito em julgado da decisão que declarou o reconhecimento de estabilidade, e, por conseguinte, não logrou exercer o direito de ação no tempo devido, pelo seu decurso e inatividade, em outras palavras, consumou-se a prescrição total da ação.

A c. SDI-1, nesse mesmo sentido, já se pronunciou, como se pode observar dos seguintes precedentes:

**“RECURSO DE EMBARGOS INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO  
PELO AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANTERIOR COM CAUSA DE  
PEDIR DIVERSA - RELAÇÃO DE EMPREGO E REINTEGRAÇÃO.**

**PROC. Nº TST-E-RR-679.673/2000.9**

Versando a demanda originária pedido de reconhecimento de vínculo empregatício com o demandado, tem-se que a segunda reclamatória, onde se vindica reintegração no emprego é distinta da demanda ajuizada anteriormente, não se havendo de cogitar na interrupção do prazo prescricional, iniciado a partir da data da extinção do contrato de trabalho. Na hipótese, a diversidade de pedidos desautoriza a pretensão de interrupção do prazo prescricional, que somente ocorre nas demandas que comportam idênticos pedidos. Revele-se que caberia ao demandante, na situação presente, a dedução na primeira reclamatória o pedido sucessivo, ou seja, a pretensão de reintegração. Recurso de embargos não conhecido.” (TST-E-RR-1662/2001-005-15-00.6, DJ - 19/10/2007, Rel. Min.Vieira de Mello Filho)

“RECURSO DE EMBARGOS. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO DO PRAZO. AÇÃO DECLARATÓRIA E AÇÃO CONDENATÓRIA. A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos (Súmula 268 do TST). Assim, se foram propostas ações em momentos diversos e com pretensões diferentes, uma de natureza declaratória e ou de natureza condenatória, não há falar em interrupção do prazo prescricional. Recurso de Embargos de que não se conhece.” (TST-E-RR-485.638/1998.0, DJ - 16/02/2007, Rel. Min. João Batista Brito Pereira)

“EMBARGOS PRESCRIÇÃO AÇÃO DECLARATÓRIA ANTERIORMENTE AJUIZADA RECONHECIMENTO DO DIREITO À ESTABILIDADE PRETENSÃO DE REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO - TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1. O trânsito em julgado de ação declaratória em que se pretende o reconhecimento do direito à estabilidade do art. 19 do ADCT - não é condição para a propositura de Reclamação Trabalhista objetivando a reintegração no emprego. 2. Com efeito, o direito à estabilidade é preexistente à ação primitiva, cuja eficácia é meramente declaratória e não constitutiva. 3. Por conseguinte, o prazo prescricional inicia com a extinção do contrato de trabalho, sendo, pois, irrelevante o momento do trânsito em julgado da decisão proferida na ação declaratória. Embargos não conhecidos.” (TST-E-RR-488.725/1998.9, DJ - 01/12/2006, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi)

Assim, não há que se falar em violação dos artigos 5º, inciso XXXVI, e 7º, inciso XXIX, da Carta Magna; e 896 da CLT.

Não se viabiliza o recurso de revista pelo ofensa aos artigos 19 do ADCT; 867, 868, 869, 870, 871, 872 e 873 do CPC, na medida em que esses dispositivos nada dizem a respeito de prescrição - interrupção e termo inicial, tal como concluído no julgado embargado.

**PROC. N° TST-E-RR-679.673/2000.9**

O único aresto cotejado pelo embargante, além de ser oriundo de Tribunal Regional do Trabalho, não ampara sua pretensão, pois o recurso de revista não alcançou conhecimento, inexistindo tese de mérito a ser confrontada.

Com esses fundamentos, **não conheço** dos embargos.

**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, não conhecer dos embargos.

Brasília, 09 de junho de 2008.

**ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA**

**Ministro Relator**